

# **ANÁLISE TEÓRICA SOBRE A INFLUÊNCIA DA COLONIALIDADE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES**

Euza Alves de Souza Tesch

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/Alegre

euzatesch@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho evidencia a desconstrução de ideias coloniais e reflexão sobre a história de nosso país, que foi colonializado e que passa por um momento de luta por uma identidade própria. Num contexto de desterritorializar a ideia romântica que temos sobre a colonização dos europeus no Brasil.

O colonialismo no Brasil se inicia com a invasão dos europeus em solo brasileiro em 22 de abril de 1500, tomando as terras como sendo sua propriedade, impondo suas culturas, conhecimentos, criando a classificação racial dos sujeitos, forma esta, que corroborou e corrobora com a posição de controle sobre os demais povos, considerados não brancos. Tudo isso fortaleceu o poder europeu e justificou a dominação e exploração dos demais povos, contribuindo para o genocídio dos índios e a escravização dos negros na manutenção do poder. Assim, este estudo pretende refletir sobre como a Europa manteve/mantém sua hegemonia cultural e epistemológica dentro de um contexto global, através da colonialidade.

Para tanto, salienta a problematização dos efeitos da colonização e da exploração que estão presentes nos cotidianos da escola, assim como no meio social que vivemos. Muitas ações que praticamos estão permeadas de ideias ainda do período colonial. Podemos dizer que, os conhecimentos vindos da Europa na época da colonização, continuam presentes na sociedade, em uma relação de superioridade.

Compreendendo que a temática possui uma abordagem de grande relevância para a educação, pois aborda o quanto a colonização e colonialidade contribuiu/contribui para um currículo eurocentrado, o presente trabalho aborda parte dos resultados da pesquisa de mestrado, que teve com objetivo analisar a influência da colonialidade no currículo em uma Escola de Ensino Fundamental, de Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo).

## DESENVOLVIMENTO

Em relação aos pressupostos teóricos, dialogamos com Quijano (2010) para adensar a problematização sobre os efeitos do colonialismo na América Latina. Ao dialogar com o autor, entendemos que a modernidade se fundou a partir da experiência colonial na América e com a exploração econômica e dominação cultural da população afro-brasileira e indígena, que ainda sofrem os seus efeitos.

Desse modo, o autor define que o colonialismo é “[...] estritamente a uma estrutura de dominação e exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade” (QUIJANO, 2010, p. 84). Segundo o autor, o que originou a colonização europeia na América, no início do século XV ao XVI, foi o que constituiu o conceito mental de “raça” como: brancos, negros e índios. O que torna o colonialismo da América o mais específico, dando início a modernidade/colonialidade.

Nesse contexto, as relações se produziam como relações de dominação. Assim, Quijano (2010, p. 93) destaca que o conceito de “raça é uma abstração, uma invenção que nada tem a ver com processos biológicos. É no século XVI que se cria a união entre cor e raça [...], exerce papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo moderno a partir do século XIX”.

Contudo, dialogando com o autor, a classificação de raça foi utilizada no intuito de justificar a dominação de uma raça em relação às outras, considerando-as inferiores e não-civilizadas (como foi o caso das culturas africanas e indígenas no Brasil). A colonização portuguesa no Brasil, incorporou a percepção de que tudo que vem dos países europeus é melhor, impondo suas ideias, que permaneceram após a colonização. A colonialidade mantém os padrões impostos no período colonial, na forma de ser, de pensar, agir, falar, oprimindo a cultura dos povos negros e indígenas.

Segundo Quijano (2000, p. 347):

[...] a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular [...]. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Desta forma, ela mantém os padrões impostos no período colonial, na forma de ser, de pensar, agir, falar, oprimindo a cultura dos povos negros e indígenas. Demonstrando que a colonialidade está presente em nosso meio social, o que acende a denominação de raça, gênero e distribuição do trabalho em uma escala de inferioridade.

Partindo desse entendimento, pensamos ser necessário problematizar as relações coloniais que atravessam o currículo, propondo o fim de um currículo eurocentrado em nossas escolas e possibilitando o respeito à cultura dos povos negros e indígenas que foram marginalizados na sociedade brasileira. Para tanto, o currículo deve ser refletido para além do muro da escola, como afirmam Carvalho e Rangel (2013, p. 198): o “[...] currículo, como experiência da ordem do sensível, extrapola a formalidade ou formalização das rotinas empreendidas nas escolas, pois, para além de relatórios, projetos, conteúdos e disciplinas, existem sujeitos encarnados que produzem acontecimentos”. Como afirma Ferraço (2009, p. 7), “[...] os currículos oficiais em meio aos múltiplos processos de usos, negociações, traduções e mímicas, o que nos tem levado a aprofundar nossas leituras dos estudos culturais e pós-coloniais”.

Por conseguinte, o currículo deve abranger os complexos processos que acontecem nas escolas, sendo um importante contexto para esta pesquisa. A organização curricular não pode favorecer a apenas uma parte da população, mas considerar outros conhecimentos entrelaçados às vivências e às culturas dos povos que são subalternizados. Assim, como determinam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade da inserção da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação brasileira, reconhecendo e valorizando os aspectos herdados da história dos negros africanos e dos indígenas nativos em nossa cultura, contribuindo para o respeito à diversidade étnico-racial.

Nas primeiras impressões do campo problemático da pesquisa de mestrado em uma Escola de Ensino Fundamental (Cachoeiro de Itapemirim/ES), ao qual este estudo apresenta parte da análise teórico-documental, observamos a invisibilidade das culturas africanas e indígenas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, inadequação às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e o caráter pontual na apresentação de algumas ações

comemorativas em relação ao “Dia do índio” e “Dia da consciência negra”, o que corrobora com o apresentado na análise dos trabalhos na revisão de literatura.

## CONCLUSÃO

Nesse sentido, faz-se necessário pensar numa pedagogia decolonial, como afirma Walsh (2013, p. 67): “[...] decolonialidade não é uma teoria a seguir, mas um projeto a assumir”, que visa uma mudança de olhares e ações reflexivas em torno daqueles que são e estão à margem da sociedade, por sua cor, raça, gênero.

Portanto, dialogando com a autora, compreendemos que decolonialidade é a prática de visibilizar as lutas dos movimentos sociais por sua identidade, outro modo de viver, local e respeito numa sociedade alienada, com disfunção de ideias sociais, epistêmicas e políticas. Assim como, “assumir esta tarefa implica um trabalho decolonial dirigido a tirar as correntes e superar a escravização das mentes [...] a desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade” (WALSH, 2007, p. 9).

Diante do exposto, entendemos que os cotidianos escolares são constituídos por diferentes culturas, o que implica a ideia de criar um currículo que leve em consideração diferentes tipos de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Janete Magalhães; RANGEL, Iguatemi Santos. **Currículos, Multidão e políticas de narratividade**. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Orgs.). Currículo, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividade. Petrópolis. RJ: DP et Alii; Vitória, ES: Nupes Ufes, 2013.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Currículos realizados nos cotidianos de escolas públicas das séries iniciais do ensino fundamental**: sobre narrativas e imagens produzidas com os usos, 102 traduções e negociações como potência para a ampliação das redes de conhecimentos dos sujeitos praticantes. Projeto incorporado ao CNPq, ago, 2009.

QUIJANO, Aníbal. “**Colonialidad del poder y clasificación social**”. Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial**. In: Memórias del Seminário Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad", Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abr, 2007.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. **Pedagogia decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir (Tomo I). Quito-Ecuador, Ed. Abya-Yala, p. 24-68, 2013.